

As políticas sociais e a educação brasileira: a formação do pedagogo

DÉBORA CABRERA¹

SIMONE FERREIRA DA
SILVA DOMINGUES²

RESUMO

O presente artigo apresenta reflexões sobre o campo das políticas sociais e educacionais no Brasil, tendo como foco, a formação do pedagogo para atuar em espaços não-escolares, através das políticas de formação dos profissionais da educação, neste caso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, licenciatura, legitimada em 2006. Propõe também abordar o contexto das políticas educacionais dentro de diferentes teorias, apontando o papel do Estado, no que se refere à educação, objetivando o entendimento sobre a organização das políticas educacionais, iniciando a discussão dentro da apresentação dos conceitos das políticas públicas e sociais, do ponto de vista de algumas concepções teóricas e do contexto histórico voltado a educação dentro de uma prática social, realizada em espaços não-escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas, Profissionais da educação, Espaços não-escolares.

ABSTRACT

This article presents reflections on the field of social and educational policies in Brazil, focusing on the educator's training to work in non-school policies through training of education professionals, in this case, the National Curriculum Guidelines for pedagogy courses, degree, legitimized in 2006. It also proposes to

address the policy context within different educational theories, pointing to the role of the state, with regard to education, aiming at understanding the organization of educational policies, initiating discussion within the presentation of the concepts of public and social policies, point of view of some theoretical concepts and historical context facing education within a social practice, held in non-school.

KEYWORDS: Policies, Professional education, non-school spaces

INTRODUÇÃO

A educação ao longo do tempo vem tentando situar-se em algumas reestruturações advindas aos novos rumos do Estado, assim como as dos profissionais que atuam nessa área, tornando-se uma valiosa ferramenta que tange dentro de um viés capitalista.

Hoje com a contemplação das políticas educacionais neste segmento, tivemos grandes conquistas, como por exemplo, o Plano de

¹ Mestranda em políticas sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul. E-mail: deboracabrera1@hotmail.com. Sob a orientação de Simone Ferreira da Silva Domingues. E-mail: simone.domingues@cruzeirosul.edu.br

² Doutora em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). É professora Titular na Universidade Cruzeiro do Sul e adjunta na Universidade Guarulhos. Na pós-graduação, integra a equipe de docentes do Mestrado de Políticas Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul e atua, desde 2005, como Coordenadora do curso de Psicologia da mesma universidade.

Desenvolvimento da Educação (PDE), que através do combate aos problemas sociais, que afetam a educação, trazem ações que solucionem tais problemas, priorizando a educação básica.

[...] o PDE promove profunda alteração na avaliação da educação básica. Estabelece, inclusive, inéditas conexões entre avaliação, financiamento e gestão, que invocam conceito até agora ausente do nosso sistema educacional: a responsabilização e, como decorrência, a mobilização social. (BRASIL, 2007, p. 19)

Para Ahlert (2003), as políticas públicas são ações empreendidas pelo Estado para efetivar as prescrições constitucionais sobre as necessidades da sociedade em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal (p. 131).

Podemos contemplar a educação como uma política pública social, por se tratar de um serviço prestado pelo Estado, diante deste enfoque se faz necessário uma visão crítica sobre essa discussão, para que possamos compreender a dimensão e a importância dessa política, dentro de um recorte social, enfatizando a educação e a formação do pedagogo.

O CONTEXTO DAS POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS DENTRO DE DIFERENTES TEORIAS, APONTANDO O PAPEL DO ESTADO

As questões sociais estão pautadas em problemas gerados pela desigualdade social em torno da exclusão de componentes da sociedade, que são concebidos através das políticas sociais adotadas.

Toda questão que envolve os problemas relacionados à sociedade é de responsabilidade do Estado que supostamente deveria intervir e regular as políticas sociais para sanar os problemas.

Para Hofling (2001, p.31), as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, com o objetivo de diminuir a desigualdade socioeconômica, através da redistribuição dos benefícios sociais.

Dessa forma, as políticas sociais caminham para um processo de equilíbrio da imensa desigualdade social.

Na realidade essa discussão perpetua desde a Idade Média, com a sociedade feudal, que já mostrava a dualidade da sociedade no que se refere à desigualdade social, dividindo a sociedade entre manso servil (casa dos servos com espaço de terra para plantar), manso senhoril (a casa dos senhores feudais) e área de bosques (lugar utilizado pelos senhores feudais como forma de lazer), esse esquema era formado pela ausência do poder público, ou seja, não havia interferência do Estado.

Partindo do contexto histórico, podemos identificar alguns pensamentos sobre a interferência do Estado na sociedade, com o intuito de diminuir as desigualdades, através da criação de políticas sociais que de certa forma beneficiem a sociedade.

Com o passar do tempo, algumas teorias abordam o assunto, diante de alguns olhares, sobre a responsabilidade e a atuação do Estado, como exemplo, poderíamos citar a teoria Marxista, que no século XIX, tinha a preocupação em analisar as condições de igualdade e bem-estar dos seres humanos, contemplando suas raízes diante da desigualdade e da exploração, abordando através de Karl Marx (1818-1883), a visão das políticas sociais, as quais eram quase inexistentes em seu tempo.

Sua análise merece destaque, pois resultou na criação e aplicação da lei fabril na Inglaterra, ressaltando a luta dos trabalhadores para diminuir a jornada de trabalho e a sua regulação pelo Estado, garantindo em linhas gerais as condições reivindicadas entre as forças produtivas e seus excedentes, regulando uma convivência no que chamava de capitalismo e democracia, considerando os direitos dos cidadãos.

[...] as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior [...]. (MARX apud NETTO, p. 679).

Marx deixa claro que o homem desenvolve sua produção de acordo com o seu contexto histórico, ou seja, a partir do que já foi desenvolvido por outros homens.

No século XX, com as mudanças da sociedade, no sentido do trabalho, economia e educação, os direitos sociais são contemplados através de um movimento chamado Estado de Bem-Estar Social, também conhecido por Estado-providência, que nada mais é do que uma forma de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia.

O movimento surgiu no final do século XIX, mais foi introduzido no século XX, apresentando uma variedade de trajetórias e formas de pensamento no processo da sua construção e expansão.

Faremos menção às três abordagens que contribuíram para a construção desse movimento. A primeira abordagem é a liberal-clássica-neoclássica, uma abordagem anti-marxista, baseiam-se na Lei de Say “a oferta cria sua própria cultura”. Nessa visão clássica não existe conflitos, nem explorações, quando há produção, há remuneração, não existe crise econômica, existe um ponto de equilíbrio, ou seja, o pleno emprego (a sociedade emprega o recurso no que foi consumido). A segunda abordagem é a keynesiana, formada dentro de uma visão neoclássica, com a preocupação de desaceleração. Keynes (1883-1946) foi um economista britânico que tinha um perfil reformista, para ele a variável fundamental é o investimento. Porém esse investimento é incerto pela sua variação. O investimento gera renda que é dividida em: consumo e poupança, ou seja, o consumo e a poupança dependem da renda. A terceira abordagem é a visão neoliberal, onde o Estado tenta regular o desequilíbrio gerado pela acumulação do capital, garantindo os direitos individuais na esfera econômica.

Diante das abordagens, podemos perceber diferentes formas de pensar como o fator econômico interfere no contexto social, tendo como parâmetros o consumo, o capital e o investimento.

Essa é uma pequena explanação sobre o Estado de Bem-Estar Social, que por sua vez merece uma análise mais profunda, porém esse não é o foco dessa discussão. Nossa intenção é estabelecer somente uma

“ **Toda questão que envolve os problemas relacionados à sociedade é de responsabilidade do Estado que supostamente deveria intervir e regular as políticas sociais para sanar os problemas.** ”

análise, para que possamos compreender a organização política e econômica que se coloca o Estado e como podemos delinear os caminhos da educação dentro desse movimento de promoção social.

REFLEXÕES SOBRE O CAMPO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Dentro do contexto das políticas (públicas) sociais, a educação como uma necessidade básica, também é contemplada, fato que não podemos deixar de descrever diante da sua trajetória histórica.

É importante ressaltar que no período de 1915 a 1930 foram criadas políticas sociais, de cunho assistencialista, como: (1915) a Liga de Defesa Nacional e a Liga Brasileira contra o analfabetismo no Rio de Janeiro; (1922) ocorre no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância; (1924) A Fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), os profissionais da educação passam a ser reconhecidos socialmente através de uma política nacional de educação; (1930) é criado o Ministério da Educação e Saúde instituindo o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo do Ensino Comercial.

No ano de 1932, o enfoque não é mais assistencialista, o objetivo é que toda a população brasileira tenha acesso à educação, surge então um movimento que discutia a criação da Escola Nova, realizado por intelectuais também conhecidos por escolanovistas, ou Pioneiros da Educação Nova, dando

origem ao Documento intitulado como Manifesto dos Pioneiros da educação.

[...] este manifesto é muito importante na história da pedagogia brasileira porque representa a tomada de consciência da defasagem entre a educação e as exigências do desenvolvimento. (ARANHA, 1996, p. 198)

Em 1948 foi apresentado à Câmara dos Deputados o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elaborado por uma comissão de educadores de diversas tendências ideológicas sob a orientação de Lourenço Filho (1897-1970), educador brasileiro que participou da elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação. O projeto não foi aprovado pelo Deputado Gustavo Capanema e por consequência foi arquivado.

Em 1952, o projeto é retomado na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, porém é aprovado em 1961, nasce a Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/61.

Na década de 60 com a teoria do capital humano, a formação é intensificada para o trabalho, educação oferecida para as massas, através dos acordos internacionais, que implantaram no Brasil programas que envolviam aspectos quantitativos e qualitativos no sistema escolar, ou seja, o ensino deverá ser ministrado para a sociedade de acordo com as exigências do mercado externo.

Para Aranha (1996), todos esses desencontros aumentam o descompasso entre a estrutura educacional e o sistema econômico. De resto podemos observar como a legislação sempre reflete os interesses apenas das classes representadas no poder. (p.205)

Após o Golpe Militar em 1964, entramos em um período que conhecemos por Período Autoritário (1964-1985), com uma política embasada na indústria e na dependência do capital estrangeiro, há uma redução do poder do Estado na educação, em virtude do crescimento das instituições privadas, perfil enquadrado nas diretrizes dos governos neoliberais.

Elabora-se a Segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN (5692/71), que é instituída com o objetivo de ajustar a educação brasileira ao modelo tecnicista e autoritário, do período em questão.

Nas décadas entre 70 e 80 as Organizações não Governamentais ganham um espaço no Brasil, dentro da militância política contra a Ditadura Militar, junto aos partidos de esquerda.

Por volta de 1980, alguns educadores iniciam um processo de discussão sobre os currículos escolares, dentro do que chamavam de educação popular, movimento criado para conceber uma educação em espaços não-escolares, uma educação fora dos padrões formais.

Por mais que o Estado tenha planos de terceirizar suas responsabilidades, fica evidente que foi a partir da Constituição Federal de 1988, que foram estabelecidos os direitos sociais, os benefícios de igualdade, principalmente dentro da educação, deixando em evidência em seus artigos 205-214, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (p.152)

Na década de 90, as ONGs, perdem a sua identidade, no que se refere à militância política, incorporando-se aos movimentos sociais, voltado a grandes campanhas, abrindo um novo setor da economia o da economia social, trazendo discussões sobre a política, legitimando a área do 3º Setor, Estado x área social.

[...] o Estado promove a formação de pequenas e micro-empresas, que absorvem e empregam parte importante das massas desocupadas ou expulsas do mercado formal [...]. (MONTANO, 1998, p. 64)

Hoje o 3º setor atende parte das necessidades da sociedade diminuindo os custos com as políticas sociais e dentro de uma parceria com o Estado.

Em 1996, é aprovada a nova LDBEN 9394/96, no mandato do Presidente em exercício Fernando Henrique Cardoso.

Em 2001 é aprovada a LEI 10.172/01, referente ao Plano Nacional de Educação (PNE), atribuindo aos Estados e Municípios, o dever de elaborar seus Planos de Educação, tendo por base o P.N.E.

“

Muitos alunos matriculados nas escolas “formais” fazem parte de uma camada menos favorecida da sociedade e participam de projetos e programas envolvidos dentro da sua prática social.

”

Algumas políticas de acesso são criadas como a Bolsa Família, que apoiam as famílias menos favorecidas garantindo o direito à alimentação, porém as famílias recebem o benefício desde que comprovem a matrícula e a frequência de seus filhos na escola. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), programa do Ministério da Educação destinado a financiar estudantes de cursos de graduação. O Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes dos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

As políticas educacionais foram efetivadas com o objetivo de atingir a grande massa, trazendo através do acesso à educação oportunidades que possibilitarão a igualdade social, por isso identifico nesse momento a preocupação com a educação em um sentido mais amplo, ou seja, sua abordagem nos espaços não-escolares.

Dessa forma, é necessária a reflexão acerca da formação dos profissionais da educação, os pedagogos para atuar nesses espaços, tendo como eixo norteador as políticas educacionais relacionadas à sua formação.

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA ATUAR EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES

Hoje nos cursos de Pedagogia prioriza-se um trabalho de conscientização em nível, político e cultural, tendo como eixo norteador as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (CNE/CP nº 1/2006).

Diante do que é legitimado nas Diretrizes, podemos observar que a formação do pedagogo, não se restringe na educação formal, portanto dentro dos conteúdos para a formação, deverá conter a abordagem do trabalho pedagógico em espaços não-escolares, com um olhar voltado ao que podemos denominar, educação social, que por sua vez é estabelecida dentro das relações sociais.

Entende-se que a formação do licenciado em pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. (CNE/CP n.05/2005, p. 7)

As práticas dentro da educação não escolar têm se transformado em atividades reconhecidas pelo Estado e pela sociedade. O termo educação não escolar é utilizado para distinguir todas as práticas educativas que ocorrem no campo social daquelas que ocorrem no interior da escola.

Muitos alunos matriculados nas escolas “formais” fazem parte de uma camada menos favorecida da sociedade e participam de projetos e programas envolvidos dentro da sua prática social. Por isso, é importantíssimo o trabalho dos pedagogos dentro do âmbito social, pois tem um caráter de construção de ações direcionadas, como intervenção à inclusão social.

Essa questão nos leva a repensar a formação do pedagogo, procurando aspectos para a sua atuação dentro do que podemos denominar de educação social, que por sua vez é pautada em uma Pedagogia Social, enquanto complemento da educação em espaços escolares.

Historicamente as questões sociais foram abordadas por filósofos e educadores como Platão, Comênio, Pestalozzi, dessa forma podemos

“ A visão de uma educação voltada a esses problemas deve ser pauta prioritária dentro do universo acadêmico, principalmente dentro do contexto de inúmeros projetos sociais que abrangem uma visão mais consciente e política sobre os problemas sociais. ”

considerá-los como percussores da discussão social e por consequência da Pedagogia Social.

Para que possamos compreender a educação social, vamos recorrer a Pedagogia Social. Termo de origem alemã, que nasceu para solucionar as necessidades sociais na Alemanha (1850), substituindo o conceito de caridade pelo de justiça.

Nos dias de hoje, na Alemanha a pedagogia social tem um grande desenvolvimento no campo teórico, consolidando-se cientificamente como um novo saber pedagógico, apresenta-se em diferentes países de forma diversificada, tanto no que se refere ao seu trabalho, quanto nos espaços de formação.

Já no Brasil, independente dos problemas sociais, a preocupação ainda é voltada para a Educação formal, por isso a questão não tomou corpo como disciplina obrigatória nos cursos de pedagogia e os pedagogos assustam-se quando se deparam com a realidade e a diversidade encontrada fora do âmbito escolar.

A Pedagogia voltada ao social apresenta pouco material teórico no Brasil, temos como ponto de partida a proposta de Paulo Freire, que mesmo sem ter a base teórica como fundamentação, trabalhava a pedagogia social como contraponto da Pedagogia Globalizada, iniciando o seu trabalho através da Educação Popular.

Os caminhos percorridos no Brasil com a educação popular tem como princípio a participação popular, a solidariedade rumo à construção de um projeto político de sociedade mais justa, mais humana e mais fraterna.

Desde a década de 20 já se falava em Educação Popular que fosse direito de todos, mais a partir de 1960 surge efetivamente idealizada por Paulo Freire, com sua primeira iniciativa de conscientização política do povo. Assim, a Educação Popular se dirige às vítimas de desigualdades sociais e culturais.

Os princípios da Educação Popular estão relacionados à mudança da realidade opressora, o reconhecimento, a valorização e a emancipação dos diversos sujeitos individuais e coletivos. Para Santiago (1998), o nosso perfil histórico leva a busca das características culturais que permite duas vertentes: a cultura letrada (elite) e a cultura popular (povo).

De acordo com Torres “[...] a pedagogia de Freire difundiu-se e influenciou nas campanhas de alfabetização e na Educação em geral. Com a Pedagogia “não-autoritária”, a Pedagogia do Oprimido tem como objetivo central a “conscientização” como condição para transformação social, implicações políticas que transcendem a Educação escolar” (apud MACHADO, 2011, p. 123).

Na concepção de Freire, para que seja realizado o trabalho permeando a conscientização, o papel do educador é fundamental para que o processo ocorra de maneira coerente, portanto, esse profissional deve ter consciência política, cultural e social, porque o seu trabalho partirá da prática social em que o educando está inserido.

Hoje, conhecemos por educação popular a educação que ocorre em espaços não-escolares, porém foi em 1990 que se dá maior ênfase aos processos de aprendizagem em grupos, priorizando valores culturais, privilegiando uma educação política dentro de um trabalho de conscientização, preparando o indivíduo para o trabalho, dentro da organização da aprendizagem, com objetivos comunitários, voltados para a solução dos problemas comunitários.

A partir dessas questões podemos observar o caráter social que abrange essa discussão.

A educação é global, é social e se dá ao longo de toda vida. O objetivo da Educação é capacitar o indivíduo para viver em sociedade e comunicar-se, porém, é preciso admitir que, em algumas ocasiões, a escola adota certa atitude de reserva frente aos conflitos e problemas sociais dos alunos (PETRUS et al., 2000, apud CARO, 2011, p. 150).

A escola adota atitudes globais, como se o indivíduo não fosse único em seu saber, sua cultura, sua história e a prática social em que está inserido.

A contribuição de Paulo Freire está presente no contexto de conscientização do indivíduo, e é reconhecida internacionalmente, dentro de uma abordagem teórico-metodológica desenvolvida para alfabetizar jovens e adultos. O Método utilizado consiste em três momentos entrelaçados dentro do diálogo e da interdisciplinaridade.

O primeiro Momento, refere-se a investigação temática, educador e educando buscam, no universo vocabular do aluno e da sociedade onde ele está inserido, as palavras e temas centrais de sua biografia. O segundo Momento é o da tematização, Educador e educando irão buscar o significado social, tomando consciência do mundo em que vivem. Descobrendo novos temas geradores, relacionados com os que foram inicialmente levantados. O terceiro momento refere-se a problematização, é a hora de formar a visão crítica, partindo para a transformação do contexto vivido. Diante da sua construção metodológica, aonde o respeito pela prática social do educando está inserido diretamente na sua aprendizagem, podemos considerá-lo como uma importante figura da Pedagogia Social.

Para Santos (2002), podemos vislumbrar a Pedagogia social de Paulo Freire como um alicerce prático-teórico de uma educação contra-hegemônica combatente da "cultura educacional mundial comum" ou da "agenda globalmente estruturada da Educação" (apud DALE, 2004).

Como podemos compreender que a Pedagogia de Paulo Freire denunciaria a globalização hegemônica. Primeiramente, por compreendermos que Paulo Freire é um dos pensadores da Educação e da Pedagogia mais globalizado, porque sua obra oferece denúncias, respostas e propostas convincentes aos principais

problemas enfrentados pela Política Educacional, como por exemplo, suas denúncias sobre o Analfabetismo funcional e político (principal problema), precarização escolar (estrutura e equipe) e as novas tecnologias.

A visão de uma educação voltada a esses problemas deve ser pauta prioritária dentro do universo acadêmico, principalmente dentro do contexto de inúmeros projetos sociais que abrangem uma visão mais consciente e política sobre os problemas sociais.

Para Silva (2001), se a educação é o campo da batalha preferencial da luta social mais ampla em torno do significado, o currículo é, então o ponto focal dessa luta. (p.9)

Na década de 50, Paulo Freire referia-se ao currículo como uma área de interesses políticos, recaindo sobre os direitos dos oprimidos ao conhecimento.

A alteração social ocorre dentro de um movimento contínuo, dessa forma se faz necessária à formação de profissionais, refiro-me ao pedagogo, com uma formação diferenciada. Entretanto, de acordo com ARROYO (2001), o pensamento de Freire, tem dificuldade de ser incorporado na formação de professores, nas pesquisas e nas teorias pedagógicas (apud CARO, p, 151).

Para Machado (2011), nas últimas décadas no Brasil, constatou-se uma crescente atenção à área social. Os registros de projetos socioeducacionais, que se multiplicam continuamente, são uma confirmação da diversidade e da diferenciação que atinge tal área. As iniciativas transitam entre o setor público e o privado, entre assistencialismo e Educação, entre profissionalismo e voluntariado. Ressalta-se, entretanto, nessa área, a ausência da formação de profissionais com domínios teórico-práticos específicos. (p. 117).

A questão é a formação nos cursos de Pedagogia licenciatura, serem insuficientes em seu currículo e discussões, para que o profissional em formação tenha possibilidade de atuar em espaços não-escolares.

Vivemos um momento aonde os profissionais da educação precisam ter um olhar mais amplo sobre os aspectos políticos, buscando conhecer mais especificamente as políticas educacionais, para que

possam exercer sua profissão. Se o profissional não tiver um conhecimento dentro da sua formação, que procure contemplar as relações sociais que envolvem os problemas de ordem social, terá dificuldade em atuar dentro dos espaços não-escolares, por isso é importante esse conhecimento dentro da sua formação.

Apesar de tudo, estamos caminhando para realizar essa discussão. Nos dias atuais, algumas instituições de ensino na cidade de São Paulo, já iniciaram a abordagem dos aspectos sociais e dos espaços não escolares, discutindo em algumas disciplinas uma nova visão da atuação desse profissional. É importante, para que educador compreenda como pode contribuir para que não haja mais a dualidade na educação brasileira, dando reais oportunidades a todas as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais sustentam a contemplação da educação, criadas em momentos políticos dentro de visões capitalistas e neoliberais, porém a sua efetivação, diminuem a desigualdade social, trazendo para a sociedade a oportunidade de alcançar novas perspectivas, é notório que ainda temos um longo caminho a percorrer para concretizá-las com sucesso, pelo fato de haver uma elaboração hegemonizada por parte da elite que compete com a sociedade de massa, mas temos diante das conquistas dos direitos a esperança de uma educação igualitária.

Podemos partir desse enfoque para consolidar a profissão do educador e retomar alguns aspectos mencionados como possibilidades, pois a partir do documento Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, consta que a docência não especifica o trabalho do pedagogo somente em espaços escolares, ampliando as possibilidades, dentro de um campo de trabalho, o qual se faz necessária a atuação desses profissionais, para isso é importante o currículo apresentado como busca da sua formação aborde aspectos voltados a uma Pedagogia que trata do social e que seja atraente dentro da profissão.

De acordo com Vaillant (1993, p. 161), para tornarmos a carreira atraente é preciso melhorar a

relação ensino-aprendizagem, dessa forma aponta alguns aspectos importantes como: o estabelecimento de critérios profissionais; estabelecer requisitos para a certificação profissional, o ambiente de trabalho real e remunerado para a contemplação de uma qualificação coerente; monitorar as instituições de formação docente, através de pesquisas que priorizem os estudos avaliativos da formação realizada nas instituições; melhorar mecanismos de recrutamento, considerando o perfil sociodemográfico e a escolha da docência em primeira opção; selecionar com rigor os formadores, permeando as novas visões diante da formação dos professores; promover programas de inserção na docência, como uma opção de política de desempenho; formular análises de custos adequadas da formação continuada, dentro de um investimento sustentável.

Diante deste contexto, podemos dizer que a profissão docente deve ser enfatizada em seu documento norteador abordando os espaços não-escolares, já que a educação está em todos os lugares a todo o tempo, porém é preciso trabalhar com essa educação dentro da formação profissional, conscientizando o educador da importância de um trabalho que será realizado em locais onde há problemas sociais e que devem fazer parte do seu conteúdo de trabalho, para que saiba conduzir a construção do conhecimento e da conscientização, contribuindo para a igualdade social.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, Alvor. **Políticas públicas e educação na construção de uma cidadania participativa no contexto do debate sobre ciência e tecnologia**. EDUCERE – Revista da Educação, p. 129-148, vol. 3, n.2, jul./dez., 2003.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- AZEVEDO, Janete M. Lins. **A educação como política pública: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2000.
- _____. Senado Federal. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** Lei 9394/96. Brasília – DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia**, Licenciatura. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília : MEC, SEB; Inep, 2008.

CARO, Sueli Maria Pessagno. **Educação Social**: desafios e perspectivas. In: Desafios e Perspectivas da Educação Social: um mosaico em construção. São Paulo: Expressão e Arte, 2010.

CASTEL, R. **As transformações da questão social**. In: Wanderley, M.B. e Yazbek, M.C. Desigualdade e Questão Social. São Paulo: EDUC, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 11ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOLFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Campinas, Caderno Cedes, vol. 21, nº 55, 1996

LAURELL, Ana C (org.). **Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo**. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Cedec, 2002 (Textos de Navarro e Toledo).

MACHADO, Evelcy Monteiro. **Educação Social**: uma questão de relações. IN: Pedagogia Social. 2.ed. São Paulo: Expressão e Arte, 2011, p. 117-131.

MONTAÑO, Carlos. **Das lógicas do Estado às lógicas da sociedade civil**: Estado e terceiro setor em questão. In: Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano XX, nº 59, São Paulo, março, 1999.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. **A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado**. In: Revista Quadrimestral de Serviço Social, Ano XXIV, nº 73. São Paulo, março, 2003.

Rodrigues, J. A. **Políticas Públicas e Política Social**. In: São Paulo em Perspectiva, 5 (1): 11-18. Janeiro/março de 1991.

SANTOS, Wanderley G. Do. **Cidadania e Justiça**. A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, Roberto. **As bases científicas da educação não-formal**. In: Pedagogia Social. 2.ed. São Paulo: Expressão e Arte, 2011, p.159-170.

SCOCUGLIA, A. C. **A Pedagogia social de Paulo Freire em contraponto da Pedagogia Globalizada**. In: Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e arte, 2009. p. 225-239.

VAILLANT, Denise. **A profissão docente**. In: Políticas educacionais e coesão social – uma agenda latino-americana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 125-169.